

**O INVESTIMENTO NO BRASIL:
O “NOVO CICLO DE INVESTIMENTOS” SE REFLETE EM CRESCIMENTO
ECONÔMICO?**

Alex Faverzani¹

RESUMO: Os investimentos são fatores determinantes do crescimento de um país. Estudar suas variações e tendências é de total vitalidade para a manutenção do progresso de todas as nações do planeta. O Brasil passou por um ciclo de investimentos em queda, desde o início da “década perdida” dos anos de 1980, que só foi quebrada com a retomada dos investimentos em meados de 2004. O objetivo deste trabalho é analisar esta “retomada de investimentos” e seus efeitos no crescimento setorial e de toda a economia brasileira no período 2004-2014. Para tanto foram observados dados de diversas fontes oficiais e secundárias, além de uma análise da conjuntura econômica brasileira para o período em questão. Os investimentos são parte importante para o desenvolvimento socioeconômico de qualquer nação e, em um país que ainda constrói os alicerces de um projeto de nação, os investimentos, sejam públicos ou privados, se tornam fator fundamental para o sucesso da nação nas próximas décadas.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Brasileira, Crescimento, Investimentos, Formação Bruta de Capital.

ABSTRACT: The investments are determinants of growth of a country. The study of their variations and trends are full vitality to maintain the progress of all nations on the planet. Brazil experienced a declining investment cycle, from the start of the "lost decade" of the 1980s, which was only broken with the resumption of investments in mid-2004. The objective of this paper is to analyze this "resumption of investment" and its effects on sectorial growth and all the Brazilian economy in the period 2004-2014. Therefore, we observed data of several official and secondary sources, as well as an analysis of the Brazilian economic situation for the period in question. The investments are important part of the socioeconomic development of any nation and a country that still builds the foundations of a national project, investments, whether public or private, become vital to the success of the nation in the coming decades.

KEY-WORDS: Brazilian Economy, Growth, Investment, Gross Capital Formation.

1 INTRODUÇÃO

Para Puga (2008) “o crescimento de um país está relacionado com à sua taxa de investimento”. É com esta frase marcante que Fernando Puga inicia em

¹ Mestre em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor da Faculdade do Norte Novo do Paraná (FACNOPAR) e Faculdade Tecnológica de Ivaiporã-Pr (FATEC).

2008 seu artigo que mostra a importância do investimento no crescimento econômico do país. O artigo de Puga faz uma associação muito trabalhada e embasada em dados colhidos de fontes oficiais, nacionais e internacionais, mostrando a inter-relação entre os altos níveis de investimento em países desenvolvidos e em desenvolvimento que obtiveram um crescimento percentual expressivo e no Brasil onde as quedas dos investimentos iniciadas em meados dos anos 1980 refletem no atual baixo crescimento.

A partir de 2004, o movimento de “retomada dos investimentos” gerou uma expectativa de maior crescimento da economia brasileira, após anos de baixo crescimento e investimento, justificados pelo intensivo controle da inflação proposto á partir da implementação do plano real em 1994.

Mas este movimento de crescimento foi colocado em cheque pela conjuntura na qual atravessou a economia mundial, com a crise financeira internacional surgida em meados de 2007/08 e com a posterior “crise grega” dos anos de 2011/12.

Em seu artigo de 2008 Fernando Puga ressalta alguns pontos importantes sobre o assunto, mostrando o Brasil como um país que vinha de um ciclo de baixa de investimentos, com um crescimento pífio e que, apesar de tentar mudar a tendência dos investimentos/crescimento à partir de 2004, sofria com a incerteza da crise que poderia reverter todos os esforços feitos para este novo ciclo de “retomada do crescimento”.

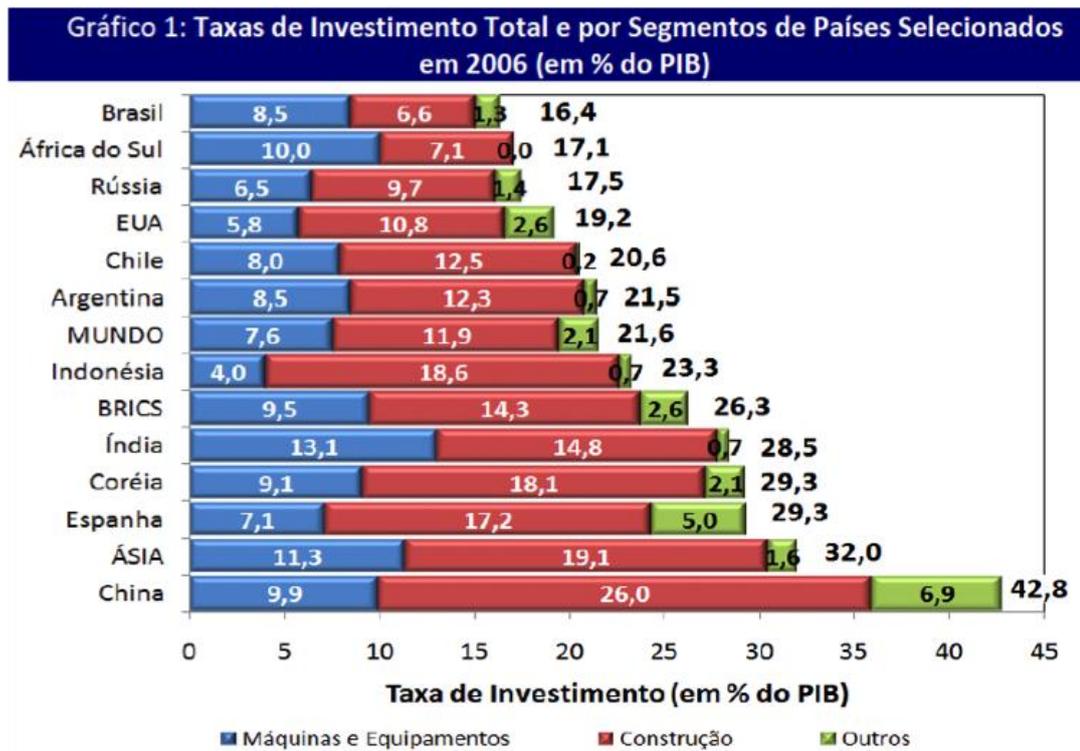
O objetivo deste artigo, portanto, é avaliar se houve uma continuação da tendência de aumento dos investimentos feitos no país, verificar se houveram mudanças significativas no crescimento nacional, comparativamente com o resto do mundo no período de 2008 a 2011 e avaliar os efeitos da crise financeira internacional neste movimento de investimento/crescimento.

Também serão analisadas as projeções de investimento/crescimento do país para o período de 2011 a 2014, para que se possa verificar se as projeções futuras mostram um aumento do esperado “otimismo” para com a economia brasileira.

2 A TAXA DE INVESTIMENTO BRASILEIRA AINDA É BAIXA?

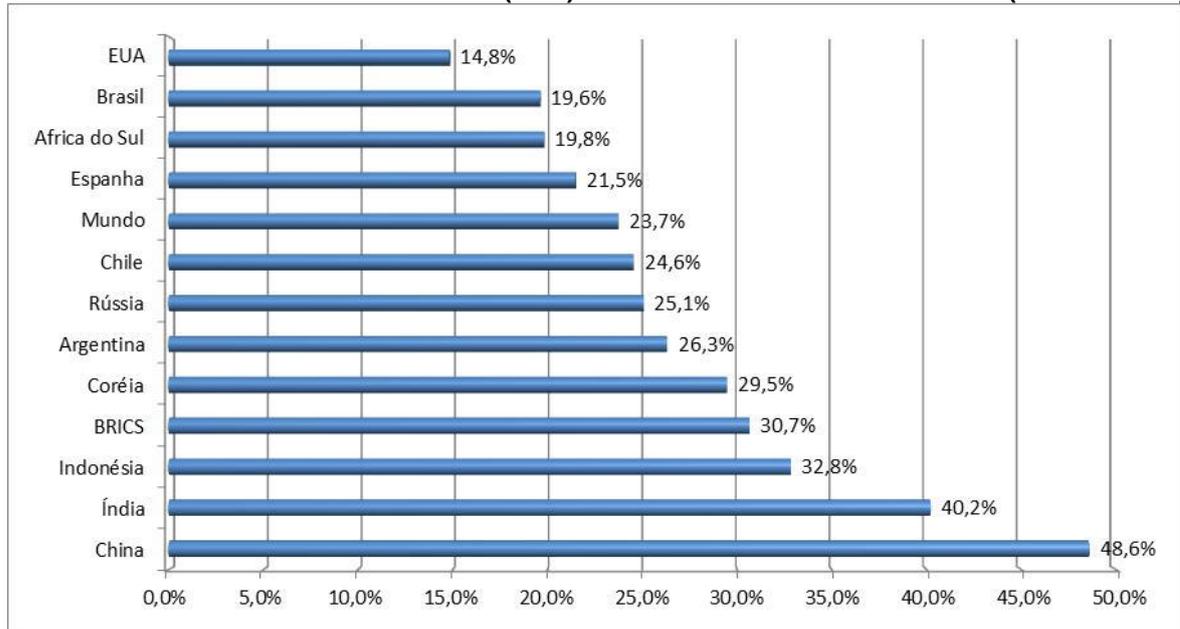
Segundo dados do Banco Mundial, explorados por Puga em seu artigo, em 2006 a relação entre a formação bruta de capital (FBC) e o PIB era de 5,1 pontos percentuais menores que a média mundial.

A taxa brasileira era menor que a de países desenvolvidos como Alemanha, EUA, França e Japão, e menor do que alguns países emergentes como Rússia, China, Índia e África do Sul e menor que a da Argentina, Chile e até mesmo que a da Indonésia, conforme mostra o gráfico abaixo:



Fonte: IBGE, Bloomberg e Banco Mundial. Elaboração APE/BNDES

A partir dos dados disponíveis em órgãos internacionais, pode-se realizar um comparativo do total dos investimentos (FBC), com dados do ano de 2011 e verificar se houveram alterações nas condições de investimento realizadas no país.

Gráfico 2: Taxas de Investimento Total (FBC) de Países Selecionados em 2011 (em % do PIB)

Fonte: FMI e Banco Mundial, Elaboração própria.

Pode-se verificar que a taxa de investimento brasileira teve um aumento de 3,2 pontos percentuais no período 2007/2011, com relação à 2006 e está 4,1 pontos percentuais abaixo da média mundial, o que antes eram de 5,1 pontos percentuais menores.

Já em relação aos países em desenvolvimento do bloco formado pelos BRICS o Brasil fica 11,1 pontos percentuais abaixo da média, que é elevada em função das altas taxas de investimento praticadas por China (48,6%) e Índia (40,2%).

Apesar da melhora no desempenho frente à média de investimento mundial, fica claro que o país não consegue acompanhar o nível de aumento nos investimentos da maioria dos países em desenvolvimento analisados.

Rússia, Índia e China tiveram significativos aumentos em seus investimentos no período, aproveitando a situação de visibilidade dos seus mercados emergentes frente ao mundo em que esteve em crise nos últimos anos.

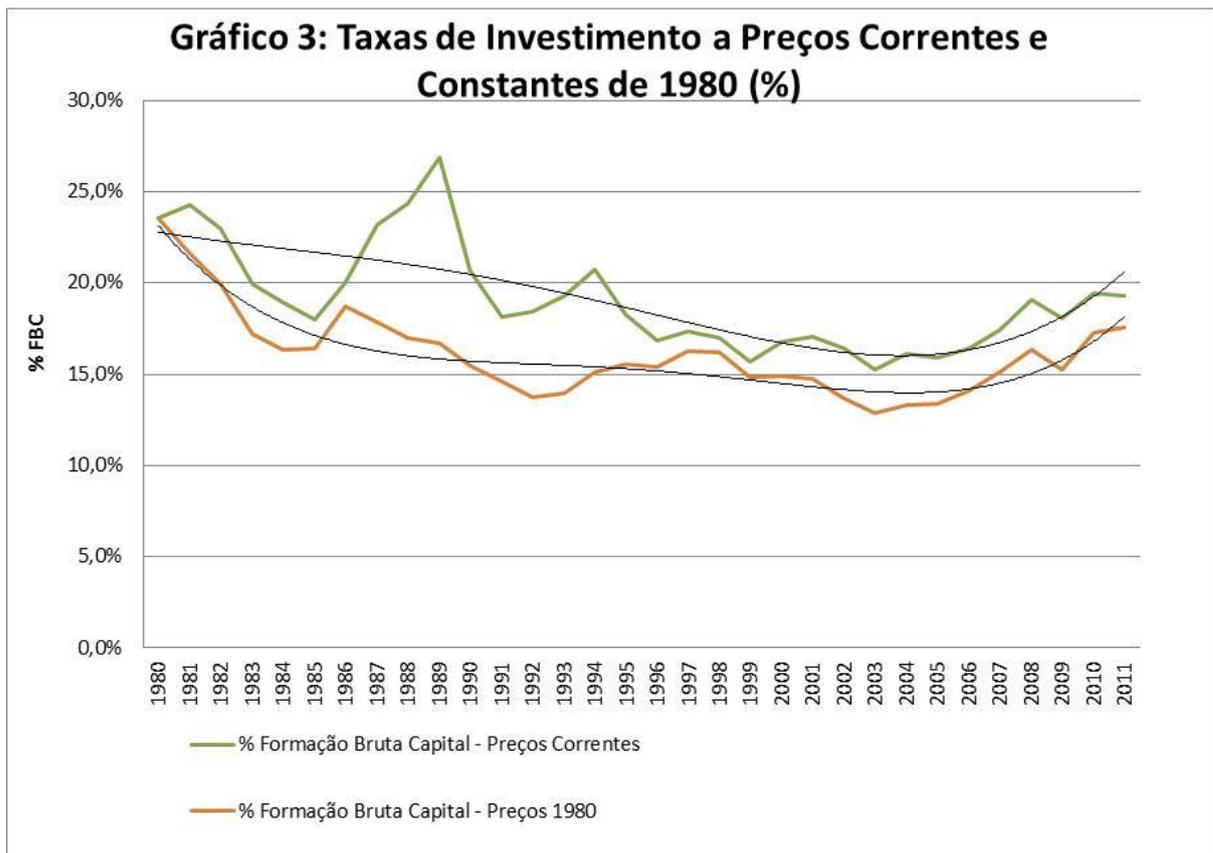
Os BRICS são, certamente, parte desse esforço coletivo de construção de uma nova ordem internacional. O grupo tem obtido visibilidade, tem ganhado relevância. (PIMENTEL, 2012, p. 294).

Os EUA tiveram uma queda nos investimentos de 4,4 pontos percentuais na comparação entre 2006 e 2011, o que pode ser uma evidência dos degradantes efeitos da crise econômica sobre o país que foi o grande responsável

pela “explosão” da crise econômica/financeira mundial entre 2007 e 2009 com reflexos que ainda não foram totalmente superados pelos americanos até o presente momento.

Em seu artigo, Fernando Puga ressalta também que, de 1980 a 2007 a taxa de investimento havia caído 6 pontos percentuais do PIB, quando medida a preços correntes e 8,3 pontos percentuais do PIB a preços de 1980.

Ao visualizar os dados, percebe-se que à partir de 2006, a retomada dos investimentos por parte do país alteram a tendência de queda dos investimentos, fazendo com que em 2011 os investimentos estivessem 4,3 pontos percentuais menores do que em 1980, a preços correntes e 6 pontos percentuais menores que em 1980, a preços de 1980, conforme mostra o gráfico abaixo:



O gráfico mostra a clara recuperação por parte dos investimentos, à partir de 2006, mostrando uma tendência positiva dos investimentos, como pode ser visualizado nas linhas de tendência adicionadas ao gráfico. Cabe ressaltar a variação negativa dos investimentos entre o período de 2008/2009, causados pela

instabilidade dos mercados frente aos efeitos da crise econômica e financeira mundial que afetou o país de forma mais “dura” no mesmo período.

Esta redução entre 2008 e 2009 de 1 ponto percentual nos níveis de investimento no país, são vistos porém como uma situação de “precaução” do consumidor/trabalhador assalariado brasileiro que pode ter preferido “poupar” suas reservas, fazendo assim com que, por reflexo, as empresas retraíssem seus investimentos, como explica João Sicsú, diretor de estudos macroeconômicos do IPEA em seu paper publicado na Revista Economia e Política em 2009.

Quem tinha planos de investimento em capital produtivo vai mantê-los na gaveta. O trabalhador sujeito a risco de renda (desemprego) vai reduzir a demanda para fazer um fundo de precaução. Portanto, o risco agora é de que haja uma quarta crise: uma crise de demanda por mão-de-obra, bens de consumo e capital produtivo. (SICSÚ, 2009, p. 145).

Nota-se, porém, pós 2009 a recuperação dos níveis de investimento para o anos de 2010 e 2011 são superiores aos níveis de investimento pré-crise, que ressaltam assim que a política adotada pelo governo no “combate” à tendência de crise no mercado interno surtiu efeitos, como já previsto no próprio ano de 2009.

Quando a crise de confiança ameaça contaminar os planos de investimentos das firmas, a política fiscal deve auxiliar a política monetária por intermédio do aumento dos gastos públicos, principalmente com investimentos em infraestrutura. Dessa forma, a *verdadeira ortodoxia* econômica prega a adoção de uma política monetária expansionista, com redução significativa da taxa de juros, em conjunto com uma política fiscal expansionista. Eventualmente poderá haver algum aumento da dívida líquida do setor público. Se ocorrer, paciência, é o preço a ser pago pelo uso da política anticíclica para corrigir as “falhas de mercado em grande escala” geradas, de tempos em tempos, pela dinâmica endógena das economias capitalistas. (OREIRO E BASÍLIO, 2009, p. 148).

Pode-se verificar que as medidas já previstas durante o período de crise surtiram efeitos para elevar os níveis de investimento no país. A política monetária expansionista, auxiliada pela política fiscal de redução de juros, trouxe um maior incentivo para o investimento no país, aliados aos gastos do governo em infraestrutura que aumentaram significativamente no período com a implementação de PAC's (Programa de Aceleração do Crescimento) em vários setores da economia.

Mesmo com esta nova “retomada de investimentos”, os níveis dos investimentos no país são menores dos que os praticados até o fim dos anos 1980. Devemos, porém lembrar a fase de “adaptação” às novas políticas praticadas durante o controle da inflação e da implementação do plano real que, de certa forma,

desestimularam os investimentos no país em virtude das altas taxas de juros do mercado interno e da “paridade” real/dólar que tornava mais atrativa a importação do que o investimento em produção interna.

Para Belluzzo e Almeida, o “Plano Real” redistribuiu a renda e a riqueza de forma desfavorável aos agentes que comandavam o investimento e o gasto e inibiu a acumulação produtiva e a produção para exportação.

O crescimento, em declínio desde o início da década perdida, continuou sua trajetória no ciclo real, a qualidade do investimento industrial se deteriorou, a retração do investimento público e as privatizações fizeram declinar os gastos com infraestrutura.

Verifica-se então que a taxa de investimentos brasileira é baixa, apesar da tendência de crescimento, se comparada com a média de investimentos mundiais. Em comparação com períodos passados, verifica-se que os atuais níveis de investimento brasileiros são menores que os praticados no período pré-Plano Real, o que mostra uma necessidade da continuidade da expansão dos investimentos, através de políticas que tornem mais atrativos e que possam atrair uma quantidade maior de investimentos para o país.

3 QUAIS SETORES TÊM CONTRIBUÍDO PARA O AUMENTO DOS INVESTIMENTOS NO BRASIL?

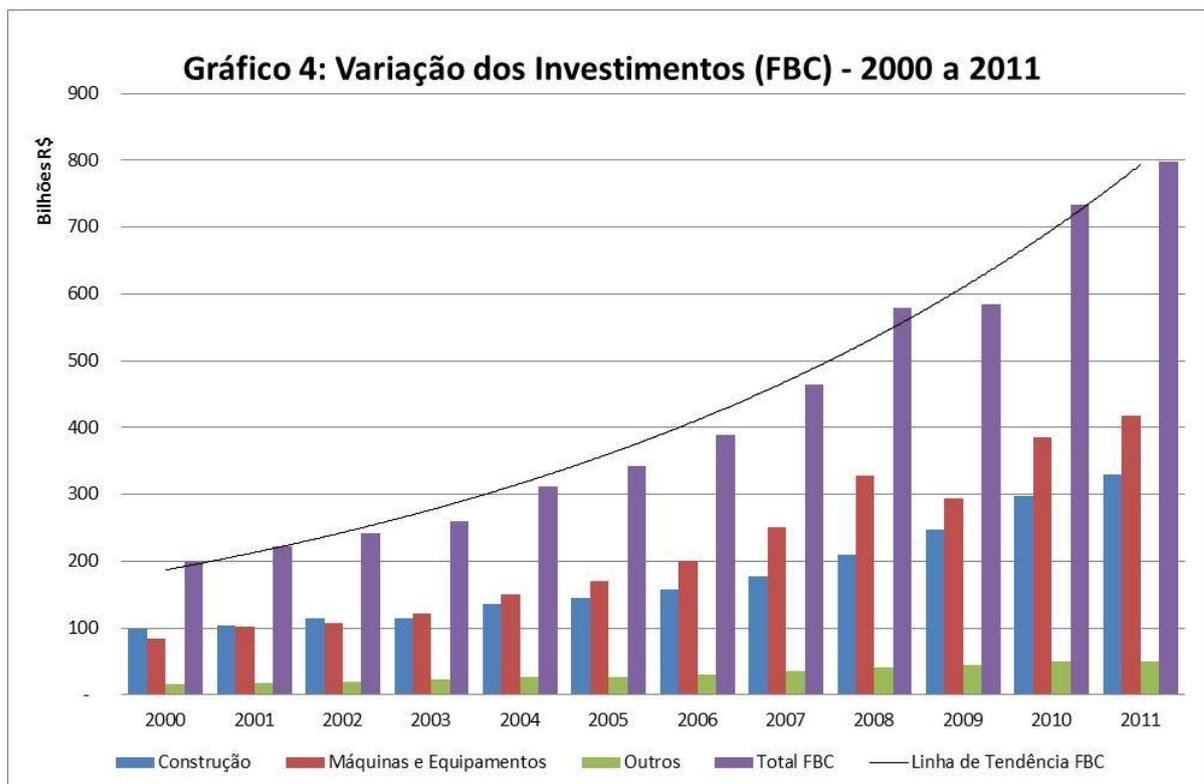
Um importante dado para análise é saber quais os setores da economia brasileira estão contribuindo para a “retomada dos investimentos”. Em primeiro momento faz-se necessário identificar, portanto estes setores. Puga relata como as estatísticas de investimento são agrupadas:

As estatísticas de investimento são agrupadas em três componentes: “construção civil”, “máquinas e equipamentos” e “outros investimentos”. O primeiro item subdivide-se em construção residencial e outras construções – aí incluídas despesas relativas a obras de infraestrutura - , edificações comerciais e plantas industriais. A categoria “outros investimentos”, por sua vez, compreende despesas com pesquisa e prospecção de petróleo, e gastos realizados com a formação de culturas permanentes e florestamento. (PUGA, 2008, p. 306).

São, portanto estes três grupos, responsáveis pelos investimentos feitos no país. Um aumento nos investimentos em cada um destes três componentes

significa, dados *ceteris paribus*, que deverá acontecer um aumento no total dos investimentos (FBC) realizados no país, em um determinado período.

O gráfico abaixo mostra a variação dos investimentos realizados no Brasil, no período de 2000 a 2011, sendo divididos de acordo com os três componentes citados acima, em comparação com a variação do total dos investimentos e com a tendência do período.



O gráfico 4 mostra que desde o ano 2000, a preços correntes, os investimentos vem sofrendo aumentos dentro da economia brasileira. Que claramente se intensificaram à partir de 2004 e continuaram, segundo a linha de tendência traçada, com constantes aumentos.

A única exceção foi o ano de 2009, onde ficam evidentes os efeitos da crise financeira mundial sobre o interesse de investimento dos agentes na economia. Porém em 2010 já acontece a retomada do ritmo dos investimentos, sendo influenciadas pelas políticas governamentais de combate à crise econômica e pelos PAC's em atividade.

Outro fator que claramente influenciou os aumentos nos investimentos foram os recursos destinados às obras para a Copa do Mundo de

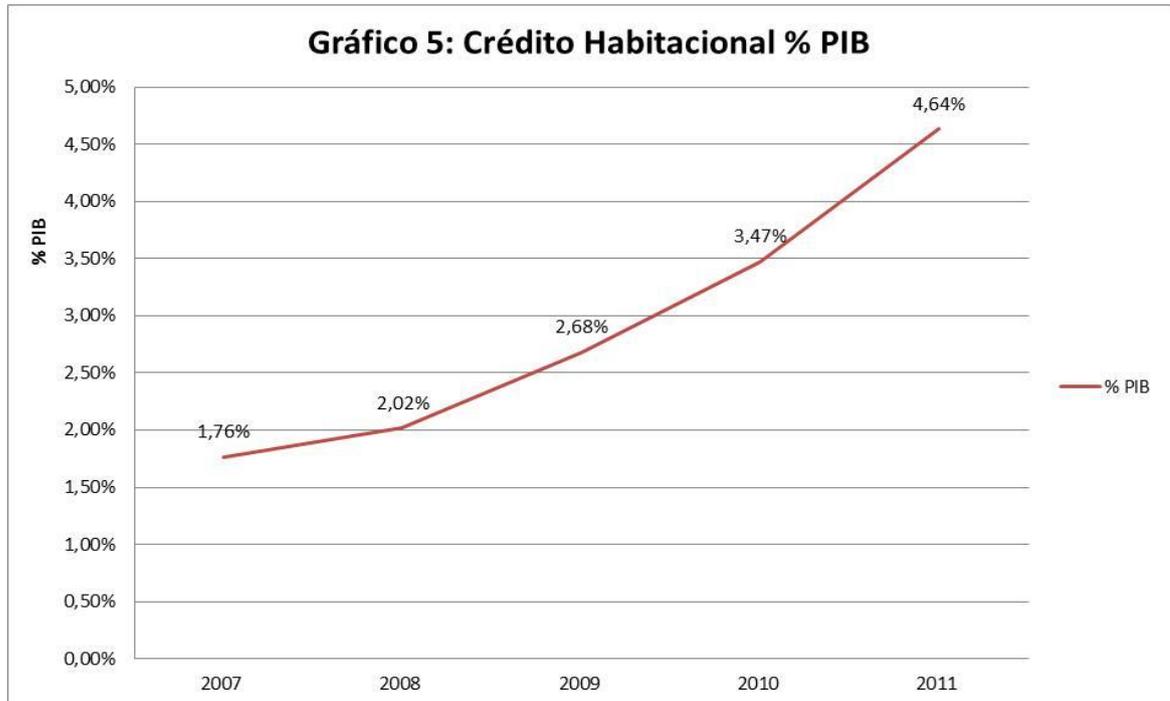
2014 que, segundo estudo publicado pela UNICAMP em Outubro de 2012, o investimento estimado para a realização do evento é de R\$ 27 bilhões, entre investimentos públicos e privados que começaram a ser realizados desde a escolha do país como sede do evento em meados de 2007 e serão realizados durante todo o período até 2014.

Pode-se também ressaltar a criação do projeto de Lei nº 11.977 de julho de 2009 que instituiu no país o maior programa habitacional do país, o “Minha Casa, Minha Vida” do governo federal, que também influenciou sobre o aumento dos investimentos em construção.

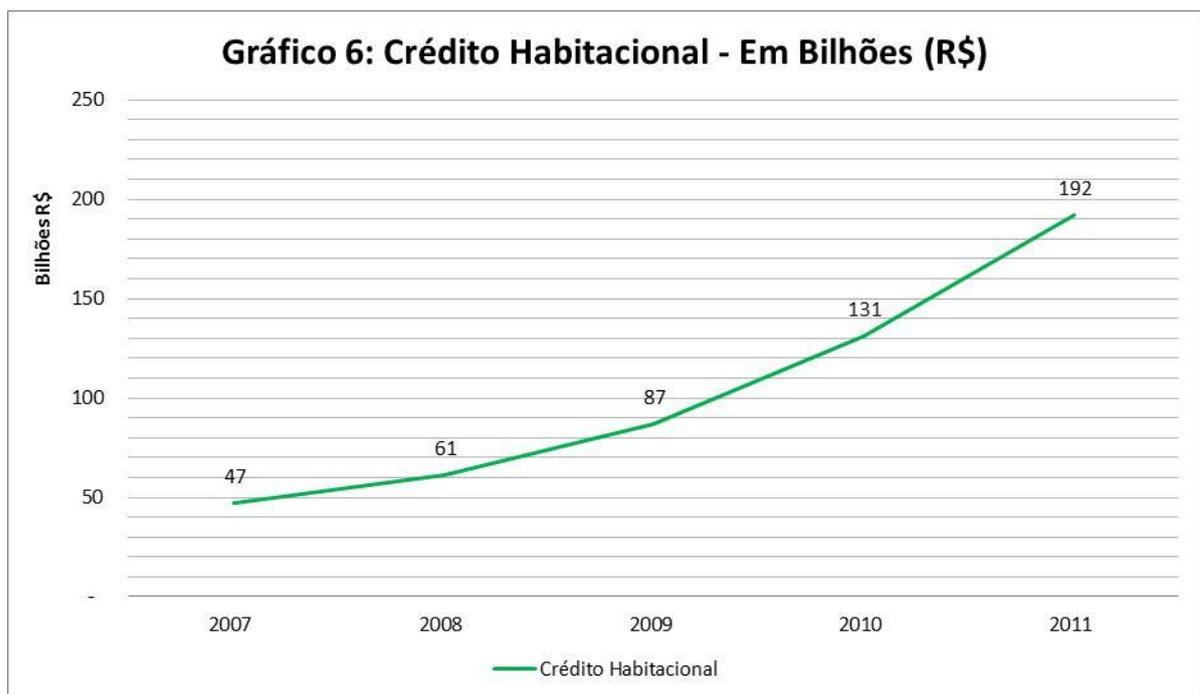
Tanto as obras para a Copa do Mundo de 2014 quanto o programa habitacional implementado pelo governo, criam uma demanda por máquinas e equipamentos. Neste contexto, temos então dois setores sendo fortemente influenciados pela economia brasileira, tanto em esfera pública quanto em esfera privada, uma vez que o setor privado tem grande participação tanto nas obras para a Copa de 2014 quanto para o desenvolvimento do programa “Minha Casa, Minha Vida”.

Puga ressalta em seu artigo que o Brasil possuía um baixo investimento em construção civil. No campo do crédito habitacional, o país possuía em 2007, apenas 1,7% do PIB investidos no setor, o que colocava o país abaixo das principais economias do mundo de da maioria dos países em desenvolvimento.

O autor ressalta que “Nos países desenvolvidos, o crédito habitacional é importante fonte de financiamento da construção residencial”. Os gráficos abaixo mostram a evolução do crédito habitacional no país, no período de 2007 a 2011:



Fonte: BCB Séries Temporais, Elaboração Própria.



Fonte: BCB Séries Temporais, Elaboração Própria.

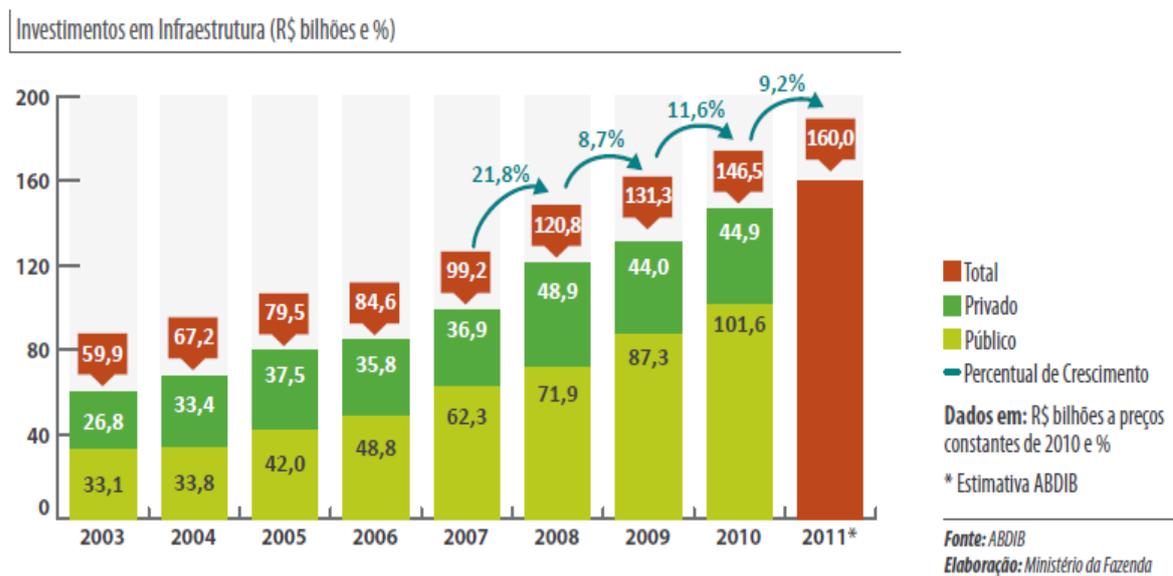
Os gráficos 5 e 6 mostram a evolução do crédito habitacional investido na economia. Pode-se verificar um aumento de 2,87% entre 2007 e 2011 no volume total de crédito habitacional, em relação ao PIB. O que mostra uma evolução percentual relativamente pequena.

Porém, ao analisar o aumento do crédito habitacional em bilhões de reais, podemos perceber que o país passou de um investimento de aproximadamente R\$ 47 bilhões em 2007 para mais de R\$ 192 bilhões em 2011, o que mostra um aumento de aproximadamente 400%.

Esta expansão do crédito habitacional, segundo o Banco Central, deve continuar nos próximos anos, para tentar reduzir o déficit habitacional no país que segundo o Ministério das Cidades é de 5,5 milhões de moradias.

Outro fator importante abordado por Puga em 2008, foram os investimentos em infraestrutura. Segundo o autor, de 2002 a 2007 os mesmos responderam por apenas 12,9% da FBC do país, abaixo dos 23,1%, em média, nos anos de 1970 e dos 14,4% nos anos 1990. Com isso surge uma interessante questão, como estes investimentos em infraestrutura se comportaram no período 2008-2011? Pode-se verificar isto no gráfico abaixo, com os dados obtidos do Ministério da Fazenda.

Gráfico 7: Investimentos em Infraestrutura



Observa-se um aumento significativo nos investimentos em infraestrutura, realizados no país no período 2008-2011, apesar de 2011 possuir apenas a estimativa total dos investimentos. Os maiores aumentos nos investimentos podem ser observados justamente à partir de 2008, quando a crise econômica financeira e a necessidade de investimento em obras para a Copa do Mundo de 2014 foram viabilizados pelo governo.

Tem-se em 2011 uma taxa de investimento de 20% da FBC, próximos da média de 23,1% dos anos de 1970 e superior à média de investimento em infraestrutura dos anos de 1990. Os investimentos em infraestrutura mostram uma progressão significativa entre os anos analisados, no gráfico elaborado pelo Ministério da Fazenda, de 61,2% de aumento entre 2007 e 2011 (estimado).

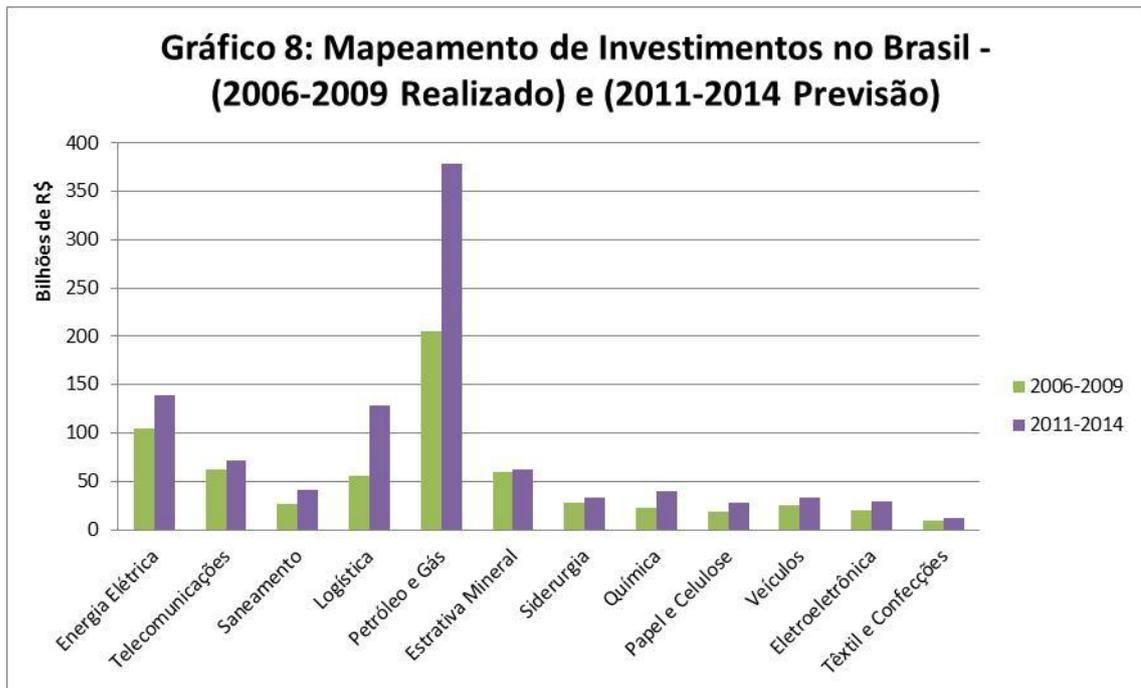
4 MAPEANDO OS INVESTIMENTOS

No informativo “Atividade Econômica” do Ministério da Fazenda, de Maio de 2011, há um mapeamento dos investimentos realizados no país no período de 2006 a 2009, bem como uma perspectiva de investimento para o período 2011 a 2014.

Não há explicação no informativo, porém, sobre o motivo dos investimentos relativos ao ano de 2010 não serem utilizados, bem como o motivo para os períodos escolhidos. Os dados encontrados foram disponibilizados pelo BNDES e publicados pelo Ministério da Fazenda.

Setores	Valores em Bilhões - R\$		Crescimento
	2006-2009	2011-2014	Var. % Períodos
Setor Público			
Energia Elétrica	104	139	34%
Telecomunicações	62	72	16%
Saneamento	26	41	58%
Logística	55	129	135%
Total Investimentos - Infraestrutura	247	381	54%
Indústria			
Petróleo e Gás	205	378	84%
Estrativa Mineral	60	62	3%
Siderurgia	28	33	18%
Química	22	40	82%
Papel e Celulose	18	28	56%
Veículos	25	33	32%
Eletroeletrônica	20	29	45%
Têxtil e Confecções	9	12	33%
Total Investimentos - Indústria	387	615	59%

Fonte: Ministério da Fazenda e BNDES, Elaboração Própria.



Fonte: Ministério da Fazenda e BNDES, Elaboração Própria.

No mapeamento apresentado na tabela e no gráfico, constata-se que por parte do setor público, os maiores investimentos para o período 2011-2014 serão feitos nas áreas de Energia Elétrica, com um investimento previsto de R\$ 139 Bilhões, um aumento de 34% frente ao período anterior analisado de 2006-2009.

Os investimentos em logística, que incluem toda a infraestrutura de transporte do país, tanto em ferrovias, rodovias e portos serão de R\$ 129 bilhões, com um aumento de 135% frente ao período anterior.

Também se pode destacar o aumento de 58% previsto para saneamento, passando de R\$ 26 para R\$ 41 bilhões e um “pequeno” aumento de R\$ 10 bilhões no investimentos em infraestrutura de telecomunicações, que representam 16%.

Já no campo industrial, a projeção mostra que o maior aumento nos investimentos será realizado na indústria de Petróleo e Gás natural, com 84% e um investimento previsto de R\$ 378 bilhões no período 2011-2014. Também destaca-se o aumento nos setores de indústria Química, Papel e Celulose e Eletroeletrônica, com aumento de 82%, 56% e 45% respectivamente para o período citado.

Se somados os setores público e industrial à previsão de investimentos em habitação previstos no relatório PAC-2 do Governo Federal para o período 2011-2014 de aproximadamente R\$ 278 bilhões, há uma capacidade de investimento total aproximado de R\$ 1,254 trilhão.

5 CRESCIMENTO ECONÔMICO

Um dos pontos que não são abordados no artigo de Puga 2008, é a oscilação do “crescimento” do país, frente ao seu nível de investimento. Apesar de afirmar que “o crescimento está relacionado com a taxa de investimento”, Puga não aborda os indicadores de crescimento econômico para dar sustentação à sua afirmação.

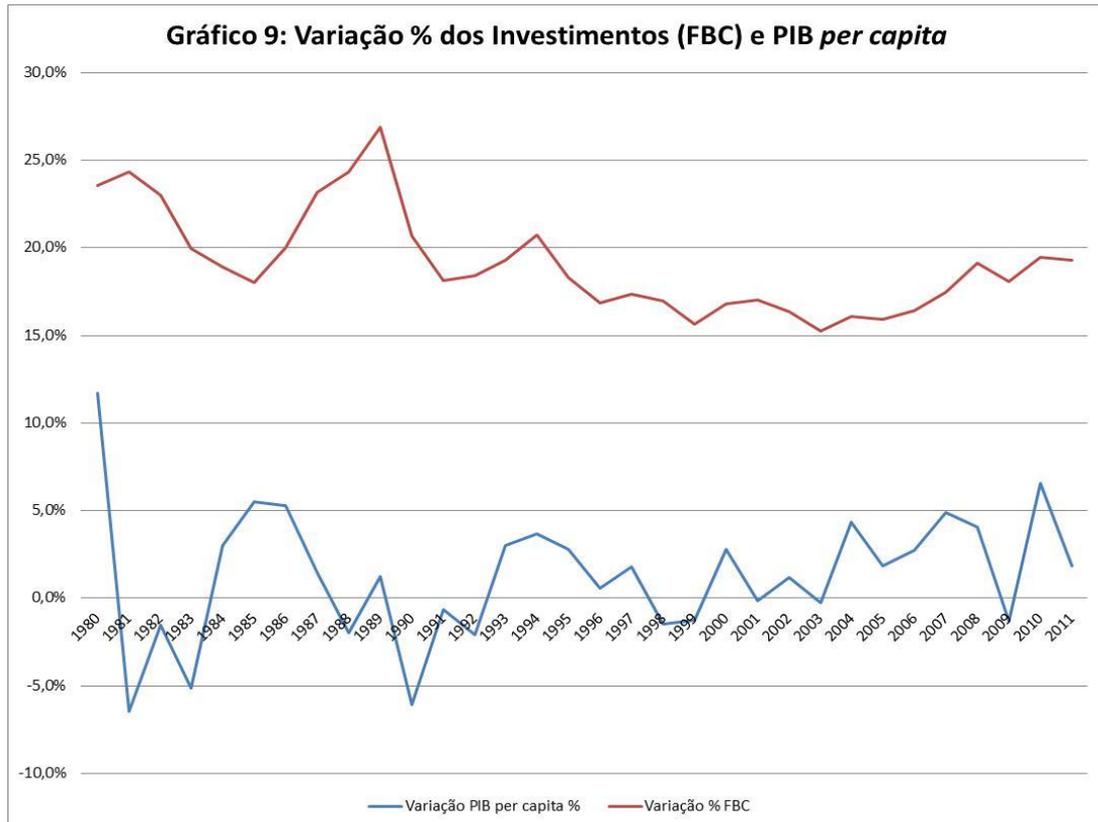
Com isso surge a questão: “Com o aumento dos investimentos no país, à partir de 2004, isto refletiu em crescimento econômico?” Aborda-se neste ponto, portanto as variáveis de crescimento econômico.

A relação entre investimento e crescimento é característica da “escola keynesiana”, uma vez que Keynes aborda o crescimento econômico como sendo uma função da acumulação de capital (poupança), proveniente dos investimentos realizados. Vários autores abordam a visão keynesiana sobre crescimento econômico:

A tarefa, portanto, seria estimular o crescimento econômico através da elevada acumulação de capital. O objetivo seria o de tornar o capital tão abundante que de um lado, geraria uma riqueza material altamente expressiva e, de outro lado, os privilégios da propriedade deste capital desapareceriam. A sociedade, portanto, deveria se concentrar naquilo que é “economicamente eficiente”. (PEREIRA e ALMEIDA, 2010. p. 9)

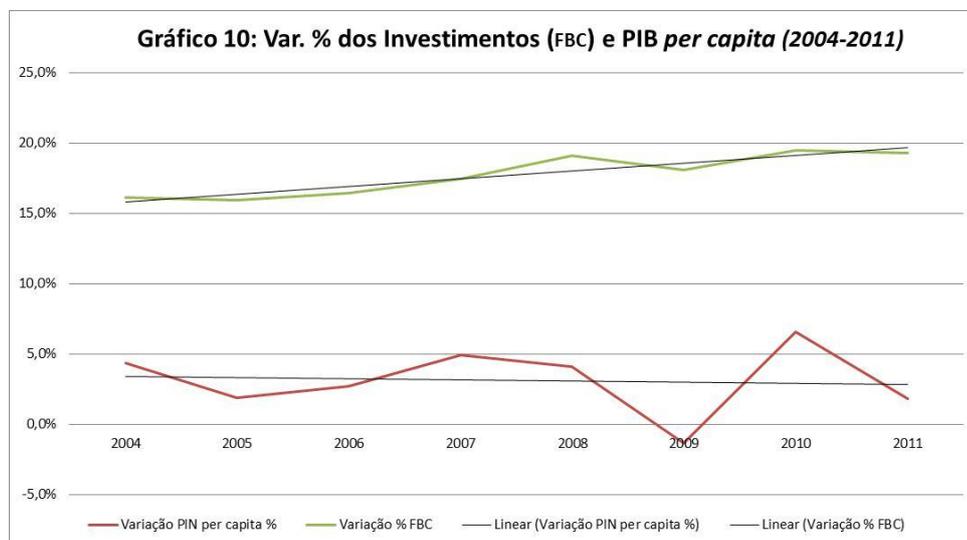
[...] podemos conceituar o crescimento econômico como o processo de crescimento do PIB *per capita*, em função da melhoria do padrão de vida da sociedade e pelas alterações essenciais que possam ocorrer na estrutura da atividade econômica. (PASSOS e NOGAMI, 2010. p. 552).

Com base na premissa de que o crescimento econômico é uma função do aumento do PIB *per capita* resultante dos investimentos realizados, pode-se realizar uma análise baseada nos dados disponíveis à partir da “retomada dos investimentos” citada por Puga, 2008.



Fonte: IPEA e IBGE, Elaboração Própria.

Ao se utilizar a variação percentual anual das séries históricas disponíveis, assimila-se o pressuposto de que, a partir de 2004 houve crescimento econômico, uma vez que houve um aumento do PIB per capita frente ao aumento dos investimentos. Mas o mesmo pressuposto se sustenta ao analisarmos apenas o período 2004-2011?



Fonte: IPEA e IBGE, Elaboração Própria.

O gráfico 10 mostra, através das linhas de tendência lineares, que apesar do aumento dos investimentos no período 2004-2011, não há um aumento da variação percentual anual do PIB per capita, apesar do mesmo aumentar em valores monetários no período, passando de R\$ 17.362,91 em 2004 para R\$ 21,253,43 em 2011.

Há, porém de se levar em conta o resultado do ano de 2009, período de maior impacto da crise financeira/econômica internacional, que fez com que não se obtivesse uma tendência de crescimento econômico no período (com crescimento percentual em cada ano, com relação ao ano anterior).

CONCLUSÃO

Nota-se que a taxa de investimento brasileira (FCB), apesar dos constantes aumentos realizados na economia desde 2004, continuam baixos se comparados à outras economias. Os investimentos no país são 4,1 pontos percentuais menores que a média de investimento mundial em 2011.

Os investimentos são menores do que os realizados por todos os outros países “membros” do BRICS, são menores que os da Espanha que passa atualmente por uma delicada situação econômica. Chile, Argentina e Indonésia também possuem taxas de investimento mais elevadas que as constatadas no Brasil.

Verifica-se que Rússia, Índia e China, aumentaram consideravelmente seus investimentos, se comparados com a análise de Puga 2008, possivelmente utilizando a visibilidade que os países “em desenvolvimento” tiveram durante a crise econômica/financeira que afetou as economias mundiais de forma mais dura entre os anos de 2008/09.

O “novo ciclo de investimentos” constatados à partir de 2004, porém tem reduzido o déficit dos investimentos em comparação ao ano base de 1980. Em 2011 os investimentos, a preços correntes, ficam “apenas” 4,3 pontos percentuais abaixo dos realizados em 1980.

O aumento percentual nos níveis dos investimentos em 2010 e 2011 foram maiores que os constatados no momento “pré-crise” entre 2004 e 2007, o que mostra uma rápida recuperação da economia brasileira frente à crise financeira que “assolou” os países mais desenvolvidos.

Pode-se observar que os EUA, por exemplo, possuíam em 2006 um nível de formação bruta de capital 2,8 pontos percentuais maiores que os realizados no Brasil. Em 2011 os dados mostram que o Brasil superou os EUA, em percentual do PIB investido, em 4,8 pontos percentuais, o que mostra a capacidade de superação de eventos econômicos adversos pelo Brasil é amplamente bem estruturada.

Dos três principais componentes do investimento, pode-se destacar a participação da “Construção Civil” e de “Máquinas e Equipamentos” neste ciclo de investimentos que vêm sendo implementado no país. Incentivados pelo PAC e pelo programa “Minha Casa, Minha Vida”, a construção civil tem conseguido angariar uma grande parcela dos investimentos do país no período “pós-crise”.

O crédito habitacional que entre 2000 e 2005 representava “apenas” 1,7% do PIB, passou a ser de 4,64% em 2011 com um recurso total de mais de R\$ 192 bilhões de reais. As obras realizadas para a realização da Copa do Mundo de 2014 também têm contribuído para o aumento dos investimentos em construção civil no país.

Os investimentos realizados em infraestrutura no “pós-2004” também deve ser destacado como ponto positivo do país, uma vez que a infraestrutura é necessária para dar à economia a “mobilidade” adequada aos seus recursos.

Porém a constatação principal sobre os investimentos em infraestrutura é de que o aumento dos investimentos pelo setor privado não tiveram um aumento significativo no período 2007-2010, enquanto os investimentos públicos “alavancaram-se” com um aumento acumulado de aproximadamente 63% o setor privado teve um aumento quase três vezes menor, com 21% aproximadamente.

Os setores de “Petróleo e Gás” e “Energia Elétrica” foram os que realizaram os maiores investimentos no período 2006-2009 e serão os que irão realizar os maiores investimentos no período 2011-2014. Levando-se em conta que há uma grande participação estatal nos dois setores citados, é de clara obviedade que o setor público continuará realizando investimentos em proporções maiores do que o setor privado.

Nota-se também que, apesar do aumento dos investimentos no período 2004-2006, os mesmos não refletiram, ao menos no “curto prazo” em crescimento econômico. A variação do crescimento do PIB per capita ficou abaixo

do verificado nos investimentos (FBC), mostrando que não houve um crescimento econômico nas mesmas proporções no período. O que não deve também ser visto de forma a desabonar a afirmação de Puga 2008, de que investimento e crescimento estão relacionados.

Deve-se ressaltar que Dentro do espaço temporal analisado, tem-se o agravante da crise mundial que se arrasta desde 2008, fazendo com que não seja possível identificar qual seria a conjuntura de crescimento em uma situação “normal” do mercado mundial.

Conclui-se, portanto, que o país continua mantendo o aumento nos investimentos, que se iniciou em 2004. Ainda que os resultados dos investimentos não reflitam neste primeiro momento em crescimento, é importante que o “Projeto de Nação” seja levado ao futuro com maiores investimentos à fim de se dar sustentação ao desenvolvimento e ao crescimento econômico almejados pelo “país do futuro”.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Data Catalog**. Disponível em <http://data.worldbank.org>. Acessos entre 2 e 8 de janeiro de 2013.

BCB, Banco Central do Brasil. **Séries Temporais**. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/aviso.asp>. Acessos entre 2 e 9 de janeiro de 2013.

BELLUZZO, Luis G. M. e ALMEIDA, Júlio G. Plano real: do sucesso aos impasses. IN: **Revista de Economia Aplicada**. FEA/USP. V. 3 nº especial, 1999.

BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. IN: **Revista Visão**. Nº 92, fevereiro de 2005. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/visao/Visao_92.pdf. Acessos entre 2 e 8 de janeiro de 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. A Crise Financeira de 2008. IN: **Revista Economia e Política**. vol.29 nº 1 de março de 2009.

FMI, International Monetary Fund. **World Economic Outlook Databases (WEO)**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/ns/cs.aspx?id=28>. Acessos entre 2 e 8 de janeiro de 2013.

GOVERNO FEDERAL. **Relatório PAC-2.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/pac-2/pac-2-relatorio-2>. Acessos entre 2 e 9 de janeiro de 2013.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de Dados Agregados.** Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acessos entre 2 e 9 de janeiro de 2013.

IPEADATA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Dados disponíveis em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acessos entre 2 e 8 de janeiro de 2013.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Economia Brasileira em Perspectiva.** 12ª Edição, maio – junho de 2011. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/docs/perspectiva-economia-brasileira/link.htm>. Acessos entre 2 e 8 de janeiro de 2013.

OREIRO, José Luís C. e BASÍLIO, Flávio A. C. A crise financeira brasileira: uma análise a partir do conceito de fragilidade financeira à la Minsky. IN: **Revista Economia e Política.** Vol.29 nº 1 de março de 2009.

PASSOS, Carlos R. M. e NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia.** 6ª ed. Cengage Learning Editora, 2010.

PEREIRA, Leandro R. e ALMEIDA, Rodrigo B. **A Utopia Keynesiana:** os princípios políticos e econômicos de John Maynard Keynes. IE/UNICAMP Campinas. 2010.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. **O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional.** FUNAG, 2012.

PRONI, Marcelo W. e SILVA, Leonardo O. **Impactos econômicos da Copa do Mundo de 2014:** projeções superestimadas. IE/UNICAMP Campinas. Nº 211, 2012.

PUGA, Fernando. **O investimento no Brasil e a crise financeira internacional.** Revista BNDES, 2008.

SICSÚ, João. **Revista Economia e Política.** Vol.29 nº 2 de junho de 2009.